

Formação econômica do Brasil de Celso Furtado: método, esquema analítico e projeto político²

RESUMO

O artigo discute o método, o esquema analítico e o projeto político da obra magna de Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*. Quanto ao método, defendo primeiro que Furtado aprofunda e mesmo consolida o método histórico-estrutural proposto, ainda embrionariamente, por Raúl Prebisch; segundo, que a abdução é o recurso lógico mais usado por Furtado (e não a indução). Quanto ao esquema analítico, defendo que Furtado, a partir do método histórico-estrutural e da abdução, vincula os conceitos de estrutura, poder e espaço, criativamente, a partir de uma convergência de duas influências, Raúl Prebisch e François Perroux (e não de Max Weber ou Roberto Simonsen). Quanto ao projeto político, defendo que era menos o de propor o planejamento da industrialização do que justificá-lo historicamente; e, sobretudo, o projeto era atacar os desequilíbrios regionais brasileiros, particularmente no Nordeste.

Palavras-chave

Método histórico-estrutural; Abdução; Raúl Prebisch; François Perroux; Desequilíbrios regionais.

ABSTRACT

*The paper discusses the method, the analytical framework and the political project inherent to Celso Furtado's opus magna, *The Economic Growth of Brazil*. Regarding method, I claim firstly that Furtado deepens and even comes to consolidate the historical-structural approach proposed, however embryonically, by Raúl Prebisch; secondly, that abduction is the logical technique mostly used by Furtado (rather than induction). Regarding the analytical framework, I claim that Furtado, building on the historical-structural method and on abduction, links the concepts of structure, power and space, creatively, through a convergence of two influences, Raúl Prebisch and François Perroux (and not Max Weber or Roberto Simonsen). Regarding the political project, I claim that it was less to proposing industrialization planning than to justify it; and, mostly, the project was to tackle Brazilian regional inequalities, particularly in the Northeast.*

Keywords

Historical-structural method; Abduction; Raúl Prebisch; François Perroux; Regional inequalities.

JEL: B31, N16, O54, R11.

1. Professor Associado da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutor em Ciências Econômicas pela mesma instituição.
2. Uma versão preliminar deste artigo será publicada em livro organizado por Saes e Barbosa (2020).

Introdução

Três grandes intelectuais lideraram o esforço de reflexão sobre a *formação e o sentido* do Brasil na década de 1930: os polímatas Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, como grifou originalmente Antonio Candido ([1967] 2016). Nascido em 1920, Celso Furtado entrava na adolescência e, futuramente, beberia destes autores como de resto o faria toda a nova geração de intelectuais nacionalistas brasileiros. É verdade que este movimento intelectual não começou na década de 1930. Alberto Torres e Oliveira Vianna, por exemplo, não apenas foram precursores como, de certo modo, até mesmo influenciaram o antiliberalismo dos revolucionários de 1930, contra o qual se insurgiria Celso Furtado.³

Dos três líderes da década de 1930, foi o historiador marxista Caio Prado Júnior quem investigou a formação econômica. Em *Evolução política do Brasil (Colônia e Império)* de 1933, *Formação do Brasil contemporâneo* (Colônia) de 1942 e *História econômica do Brasil* de 1945, ele encontrou o sentido da colonização na acumulação de capital nas metrópoles: atender a necessidades materiais, criar mercados monopolizados, extrair excedentes e explorar escravos. Éramos um capítulo da expansão mercantilista europeia, e este sentido marcava tudo: povoamento, concentração litorânea, vida material, relações de trabalho, autoritarismo político, aspirações culturais (ou a falta delas), fronteiras entre público e privado.

Celso Furtado defendeu tese de doutorado na Sorbonne em 1948, *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. Nela, cita Freyre e Prado Jr. em abundância. *Formação econômica do Brasil* (agora, simplesmente *FEB*), porém, não o faz em 1959. Em suas memórias, Furtado descreve assim a redação do livro na Universidade de Cambridge:

...o tempo de que dispunha não me permitiu levar muito longe esse trabalho de garimpagem nas bibliotecas, mas era tão vasto o horizonte de escolha que decidi limitar minhas referências bibliográficas a obras para as quais desejava chamar expressamente a atenção,

3. Na interpretação de Francisco de Oliveira ([1997] 2003). Para maiores nuances, ver Roberto Pereira da Silva (2010). Antonio Candido ([1950] 2000) frisa a década de 1920, mas enquadra o Modernismo do período na permanente dialética entre localismo e cosmopolitismo que marca nossa literatura desde os primórdios. Para além das artes, Fernando Novais e Maria Arminda do Nascimento Arruda ([1998] 2005) realçam a geração de 1930, mas datam o início da preocupação identitária com o "sentido da formação" muito antes, nos textos de José Bonifácio.

además daquelas que fossem fontes dos dados que eu estava usando. Era um livro de análise, e não de história, portanto não cabia dar crédito a todos os pesquisadores que houvessem contribuído no plano dos estudos históricos (FURTADO, 1985, p. 215).

As perspectivas teóricas e formas de atuação eram diferentes também: Celso Furtado não era um marxista como Caio Prado Jr. que, como tal, interpretava a realidade brasileira para resolver suas contradições por meio de uma revolução. Depois de doutorado como historiador econômico em 1948, Furtado participou do movimento reflexivo sobre a formação histórica do Brasil e da América Latina na condição de economista da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) da Organização das Nações Unidas (ONU). Como economista cepalino, por dever de ofício e convicção, fazia diagnósticos e propunha políticas e reformas institucionais dentro dos quadros do capitalismo. Minha hipótese neste artigo é que isto marcaria tanto sua reflexão histórica quanto o projeto político implícito em *Formação econômica do Brasil*.⁴ No entanto, este projeto era menos o de propor o planejamento da industrialização do que o de justificá-lo historicamente; e, sobretudo, o projeto era atacar os desequilíbrios regionais brasileiros, particularmente no Nordeste.

Antes de trazer argumentos para defender esta hipótese, é importante advertir que *FEB* é uma obra de história econômica, não um programa político. Contudo, Furtado já era um intelectual público que concebia a ciência como guia do posicionamento político, mais concretamente da proposição de políticas de estado caracterizadas pelo planejamento racional de recursos escassos. À maneira de Karl Mannheim ([1940] 2013), acreditava que a política racional deveria se pautar por diagnósticos científicos dominados por uma *intelligentsia* (FURTADO 1985, p. 17-18). Assim, análise do passado e projeto social devem ser entendidos, na obra de Furtado, como elementos de um conjunto cuja articulação é praticamente explicitada pelo próprio autor. Ao analisar *FEB*, não é necessário um enorme esforço para desvelar o projeto social a partir das escolhas epistemológicas e da lógica dos conceitos, como o historiador Josep Fontana (1982) precisou fazer na análise da tradição filosófica e historiográfica ocidental. Furtado é mais transparente. O tí-

4. Como sugere Luiz Felipe Alencastro (2009, p. 26): “À diferença de outros grandes textos de interpretação do Brasil – como a notável exceção de Abolicionismo (1883), de Joaquim Nabuco –, *Formação econômica do Brasil* é um livro em que a reflexão prepara a intervenção nos centros decisórios do Estado”.

tulo do último capítulo de *FEB* (“Perspectivas dos próximos decênios”) é uma raridade em obra histórica e, ao mesmo tempo, é bastante indicativo da integração entre diagnóstico e prática, entre passado e futuro, que estrutura sua reflexão. Entre a análise do passado e o projeto social está o método histórico-estrutural que Furtado elabora com base em Raúl Prebisch.

1. O método histórico-estrutural de Raúl Prebisch a Celso Furtado

A questão da universalidade e da particularidade da realidade e de seu conhecimento marcou a história do pensamento econômico, mas não nasceu com ele: é um tema clássico da filosofia desde a Antiguidade Clássica (REALE; ANTISERI, ([1997] 2007; CHAUI, 2002). Na época moderna, também foi objeto de investigação de filósofos como Locke, Hume, Leibniz, Kant e Hegel, entre outros (RUSSELL, [1946] 2005). Com o surgimento da economia política liberal com Adam Smith e sua crítica do sistema mercantilista, a hipótese de universalidade característica da física newtoniana começa a dominar a investigação dos fenômenos econômicos, o que é levado ao paroxismo com a Revolução Marginalista na segunda metade do século XIX (MIROWSKI, 1989, 1994; SCREPANTI; ZAMAGNI, 2005).

É claro que a hipótese de universalismo dos fenômenos econômicos e a abstração da especificidade histórica nunca foram consensuais nem caracterizaram por completo Adam Smith, estando mais próximos de David Ricardo (HODGSON, 2001, p. 5). Já autores associados ao nacionalismo econômico como Alexander Hamilton (1791) e Friedrich List ([1841] 1989) questionaram a universalidade das proposições de política econômica oriundas do liberalismo clássico de Smith e David Ricardo. List chegou a sugerir uma mudança de problemática: em vez da Economia “Cosmopolítica” dos liberais ingleses, propunha um Sistema Nacional de Economia Política atento aos diversos estágios de desenvolvimento econômico e às peculiaridades históricas dos diferentes países integrados ao comércio internacional. Quatro décadas mais tarde, a questão foi objeto da chamada “Batalha dos Métodos”, travada por dois membros destacados da Teoria Neoclássica e da Escola Histórica Alemã, respectivamente Carl Menger e Gustav Schmoller (TRIBE, 2007). Nos Estados Unidos do

entreguerras, uma controvérsia semelhante foi travada entre neoclássicos e institucionalistas (YONAY, 1998).

Como List fizera 108 anos antes, Raúl Prebisch inaugura o estruturalismo latino-americano com um ataque à universalidade das proposições liberais de política econômica e, em particular, de sua crítica de políticas favoráveis à industrialização. São três os textos fundadores do pensamento cepalino, todos de autoria de Prebisch: “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas” (1949); “Crescimento, desequilíbrio e disparidades: interpretação do processo de desenvolvimento econômico” ([1950] 2011); e “Problemas teóricos e práticos do desenvolvimento econômico” ([1951] 2011).⁵ Qual a essência fundamental do sistema proposto por Prebisch? Os argumentos de Prebisch são suficientemente conhecidos a ponto de exigir, aqui, não mais do que uma enumeração sintética:

1. O chamado Sistema Centro-Periferia organiza assimetricamente as relações econômicas entre países industrializados e países exportadores de produtos primários, difundindo o progresso técnico, elevando a produtividade do trabalho e a renda *per capita* de modo desigual e divergente no tempo.
2. A divergência internacional resulta de dois processos, o crescimento superior da produtividade e da demanda nas atividades industriais em relação às primárias, e a tendência de deterioração dos termos de intercâmbio dos produtos primários no comércio internacional. Assim, os países periféricos não apenas se especializam em atividades menos propensas ao dinamismo da demanda e a ganhos de produtividade, como transferem parte destes ganhos via comércio internacional.
3. Os ganhos de produtividade se concentram nas atividades primário-exportadoras nos países periféricos, enquanto a abertura às importações industriais é um fator limitante de sua diversificação interna, reproduzindo a especialização produtiva excessiva e a baixa produtividade geral.
4. A heterogeneidade técnica e econômica entre os ramos exportadores e os ramos de subsistência na periferia resulta na incapacidade de absorver trabalhadores em

5. A versão mais acessível em português dos três textos em conjunto está em Prebisch (2011). O primeiro texto foi publicado em tradução de Celso Furtado na *Revista Brasileira de Economia* em 1949 (PREBISCH, 1949). Entre uma enorme bibliografia a respeito, ver especialmente Octavio Rodriguez (2009) e Adolfo Gurrieri (2011). Para o contexto em que os textos foram escritos, ver Edgar Dosman (2011).

atividades de maior produtividade, reproduzindo um dualismo estrutural que será caracterizado como a principal dimensão do subdesenvolvimento.

5. Os países periféricos experimentavam uma tendência ao desequilíbrio externo no Sistema Centro-Periferia clássico, mas a crise da velha divisão internacional do trabalho na década de 1930 é estrutural, forçando a industrialização “para dentro” da periferia por meio da substituição de importações em vista da escassez aguda de capacidade de importar. Dada esta realidade, normativamente, tais países não podiam respeitar as recomendações liberais de política econômica que emanavam das teorias clássicas e neoclássicas da especialização produtiva e do comércio internacional.
6. A industrialização por substituição de importações (ISI) tendia a esbarrar em limites cambiais (em vista da baixa capacidade de importar bens de produção e de consumo modernos), financeiros (em vista do desperdício de excedentes no consumo supérfluo das elites), tecnológicos (em vista da dependência de tecnologias complexas intensivas em capital), e de mercado (em vista da incapacidade de transferir trabalhadores do setor de subsistência para o setor moderno). Por causa dos limites ao crescimento e de seu perfil intensivo em capital e poupador de trabalho, o dualismo estrutural tendia a ser preservado na ISI.
7. Os limites ao crescimento e à preservação da heterogeneidade estrutural só poderiam ser superados através de uma ruptura radical do liberalismo econômico com um esforço de planejamento estatal para alocação de recursos cambiais e financeiros escassos, limitação de decisões de consumo e orientação na escolha de tecnologias, além da cooperação internacional. Seu objetivo último seria superar a heterogeneidade estrutural e o subdesenvolvimento, incorporando populações anteriormente excluídas dos frutos do progresso técnico.

O quadro seguinte sintetiza as diferenças, segundo Prebisch, entre a industrialização ocorrida nos países centrais na época da formação do Sistema Centro-Periferia e a ocorrida nos países periféricos a partir de uma situação de marcante atraso histórico, na época de crise e transformação do sistema internacional.

Quadro 1 | Industrialização no centro e na periferia

	Centro	Periferia
Sentido do progresso técnico	A industrialização homogênea a economia, absorvendo contingentes populacionais do setor de subsistência e modernizando agricultura.	A industrialização internaliza padrões de consumo e produção que atendem uma minoria, sem eliminar a dualidade estrutural.
Padrões de consumo	A população modificava seu consumo conforme se elevava a produtividade e a renda real.	Imitação do padrão de consumo dos países centrais, restrita a uma minoria.
Questão da poupança	Não se dispunha de um volume grande de poupança, porém, a técnica da época não exigia grandes montantes de poupança.	Dada a imitação do padrão de consumo e a alta densidade de capital das técnicas, a poupança é pequena em relação à necessidade de investimento.
Custo do capital	Baixo (dada a oferta e a demanda de poupança). As tecnologias poupavam trabalho (que era escasso e caro).	Custo de capital é muito elevado (poupança escassa). A tecnologia importada poupa um recurso barato (trabalho) e demanda o que é caro.
Dimensão dos mercados	Renda exígua coincidiu com formas de produção de escala menor, e esta escala foi se ampliando com o tempo.	Debilidade da demanda limita vantagens da produção em larga escala (característica da técnica moderna).
Acumulação de capital e desemprego	Industrialização gera desemprego tecnológico, mas tende a reabsorvê-lo mediante elevação de investimentos (com destaque para os bens de capital).	Desemprego gerado pela industrialização se soma ao subemprego tradicional. Inexistência da indústria de bens de capital estimula importações.
Combinações ótimas entre trabalho e capital	Exigiu um grau de densidade de capital que crescia gradualmente de acordo com a escassez relativa de trabalhadores.	Exige um grau de densidade de capital elevado, sem adaptação adequada da tecnologia à disponibilidade relativa de capital e trabalho.
Polarização regional	A elevação da renda foi um fenômeno geral e se propagou para todas as regiões do país.	O desenvolvimento industrial (isto é, elevação da renda, produtividade e poupança) é concentrado em suas regiões de origem.
Proteção à indústria e complexidade	Proteção foi necessária para todos que queriam desenvolver suas indústrias. Porém, a diferença de produtividade entre os mais e menos desenvolvidos antes da 2ª Revolução Industrial não era tão acentuada.	Proteção é necessária, tendo em vista os maiores níveis de ineficiência produtiva da produção substitutiva. Grandes diferenças de produtividade entre o centro e a periferia reproduzem e aumentam os custos da proteção.

Fonte: Reelaboração a partir de Robilloti (2016, p. 30).

No modelo teórico de Prebisch, é marcante como a diversidade de circunstâncias define características e problemas diferenciados para o centro e para a periferia, não só pelo lugar que cada polo ocupa no sistema internacional como também pelo momento em que enfrenta o desafio da industrialização. O próprio espaço é historicamente determinado, no sentido em que nem o centro nem a periferia são redutíveis a uma determinação físico-geográfica. O lugar ocupado por uma região no sistema in-

ternacional (que necessariamente se expressa em uma geografia econômica) é resultado de processos históricos contingentes.

Em suma, para além dos argumentos específicos, *Prebisch desenvolve o embrião de um método de análise que nunca sistematizará: o método histórico-estrutural*. Tal método apontava para a descontinuidade de estruturas específicas – o centro e a periferia – cuja gênese histórica era singular e irrepetível. Tal gênese determinava estruturas cuja dinâmica era específica, de modo que a dependência da trajetória em relação à história tinha raiz última na própria formação da estrutura. O contraste era mais claro quando tais estruturas eram definidas como tipo-ideais, a estrutura do centro ou da periferia, abstraindo a multiplicidade de diferenças entre países pertencentes a cada grupo. Tal multiplicidade podia ser objeto de pesquisas mais concretas guiadas, porém, pela caracterização da estrutura básica em um plano mais abstrato, sujeita a aproximações sucessivas. As diferenças no interior de um tipo-ideal eram, de todo modo, muito menos dramáticas do que entre o centro e a periferia. A implicação teórica é que o universalismo das teorias clássicas e neoclássicas da especialização produtiva e do comércio internacional devia ser rejeitado.

A implicação prática é que as recomendações de política econômica e reforma institucional não podiam repetir as mesmas fórmulas dogmáticas, desconsiderando a diferença histórica e estrutural. Isto é, a posição ocupada no Sistema Centro-Periferia e a mudança de período histórico determinavam estruturas específicas que não podiam ser reguladas com sucesso pelas mesmas instituições e políticas econômicas. Se o liberalismo poderia caber para países de industrialização precoce e/ou no topo da concorrência capitalista global, era totalmente inadequado para países periféricos. Estes não conseguiam se reproduzir nem no quadro da velha divisão internacional do trabalho em crise profunda, nem transitar para a industrialização. Para superar o atraso na geração de produtividade, a deterioração dos termos de intercâmbio e a vulnerabilidade externa, os países periféricos eram forçados a se industrializar. Para fazê-lo com sucesso e estender os ganhos de produtividade para o conjunto da população, precisavam de instituições de planejamento e centralização de decisões de alocação de recursos que não tinham precedentes na experiência histórica dos países centrais.

Não foi Prebisch, contudo, quem refletiu as questões de método que guiavam a análise estruturalista. Se Prebisch inaugurou o estruturalismo latino-americano, Celso Furtado aperfeiçoou e ajuizou o método histórico-estrutural. Sua tese de doutorado,

defendida na Sorbonne em 1948, *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*, já dialogava com historiadores e mostrava perspectiva de longo prazo sobre a trajetória e os obstáculos ao desenvolvimento econômico no Brasil, antes de seu ingresso na Cepal. Não é exagero afirmar que foi Furtado quem consolidou o método histórico-estrutural em obras como *Formação econômica do Brasil e Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (FURTADO, [1961] 2009), historicizando o estruturalismo cepalino de forma que Prebisch não fizera.

Furtado tinha, como Prebisch, a constituição de uma Nação capitalista desenvolvida, democrática e estruturalmente homogênea (e não uma utopia pós-capitalista) como horizonte normativo (MORAES, 1995). Como todos os estruturalistas cepalinos, Furtado também rejeitava o individualismo metodológico: elaborava hipóteses sobre a formação, desenvolvimento e crise de macroestruturas, sem partir dos indivíduos para explicá-las.

Por outro lado, a perspectiva de análise da perspectiva estrutural cepalina não é a nação propriamente dita, mas o sistema supranacional. Este também tem propriedades emergentes que não se resumem a uma somatória de ações e reações das nações, isto é, não é apenas um sistema internacional, mas um sistema no qual redes e dinâmicas mundiais, transnacionais, internacionais ou locais têm seu lugar. As propriedades emergentes do sistema mundial, aliás, condicionam as nações a relações que contribuem para estruturá-las como subsistemas com características e dinâmicas específicas. No Sistema Centro-Periferia, por exemplo, os centros têm certas características comuns que os distinguem das periferias. Ambos os polos se estabelecem em relações assimétricas e devem ser entendidos com base em sua especificidade estrutural: têm problemas, dinâmicas e crises que não se esgotam em semelhanças ou continuidades, mas se desdobram em suas diferenças.

Dito isto, Furtado inova em relação ao estruturalismo de Prebisch. A principal diferença é a evolução do método estrutural em direção ao método *histórico-estrutural*. Ou pelo menos a sua consolidação. Vimos que Prebisch historicizava estruturas, localizando no tempo e no espaço as duas principais subestruturas que interagem no Sistema Centro-Periferia. O centro e a periferia só existem em uma relação que é histórica, isto é, que tem origem no tempo, é sujeita à dinâmica e à mudança estrutural. Tendo surgido para atender necessidades do centro na época de crescimento “para fora”, a periferia acabaria experimentando uma crise que levaria à transição até uma

estrutura com um padrão de crescimento “para dentro”, que só poderia ser destravado com base no planejamento da ação coletiva nacional pelo Estado.

Não obstante isto, a dinâmica histórica tem um papel limitado em Prebisch. O período anterior é como que estilizado para realçar aquilo que o presente não é. A origem e o movimento da estrutura prévia, assim como a transição entre estruturas, não são objetos de análise atenta, muito menos estão localizados em um espaço delimitado. Tudo se passa como se Prebisch se prendesse à estática comparativa, sincrônica, enquanto Furtado considera detidamente o movimento no tempo e no espaço, diacronicamente. Por isso, a perspectiva histórica de Furtado é muito mais longa, principalmente em *FEB*. Furtado não se limita a estilizar um “antes de hoje” para melhor caracterizar a diferença do tempo presente. Vai fundo em busca da própria origem da estrutura prévia que têm certas características essenciais que se prolongam secularmente a despeito das mudanças de época. Furtado (1985, p. 67-68) coloca a questão deste modo em suas memórias:

Ao invés de reduzir a realidade a um modelo, esforcei-me em adotar um enfoque histórico, abarcando o que cabia e o que não cabia no marco explicativo do economista. A visão de Prebisch era essencialmente sincrônica: assinalava uma descontinuidade estrutural no sistema capitalista, geradora de dinâmicas distintas nos segmentos central e periférico. Quando comparava o comportamento do sistema na época em que o centro principal era a Grã-Bretanha com o da época em que esse centro passou a ser os Estados Unidos, ele se limitava a fazer a interface dos dois cortes sincrônicos. Interessava-me captar o desenrolar dos acontecimentos no tempo, o encadeamento dos fatores que perpetuavam o atraso clamoroso da economia brasileira. Esse atraso era fenômeno global, estava em tudo, não requeria prova. O que interessava era desvendar o seu encadeamento na História. Não observei a economia primário-exportadora brasileira como “periférica”, e sim como de “tipo colonial”, o que me permitia reinseri-la em seu quadro histórico. A degradação da relação de trocas podia ser vista como decorrência natural da vinculação de uma economia de tipo colonial com a metropolitana, sendo um aspecto da tendência à concentração do poder econômico que caracteriza a evolução do capitalismo.

Embora Furtado se importe mais com a dinâmica histórica do que Prebisch, e com a exatidão na reconstituição do desdobramento concreto dos processos sucessivos de

eventos irrepetíveis que caracteriza a história, ele rejeita o historicismo descritivo.⁶ Na verdade, Furtado sequer pode ser considerado estritamente um historiador. Não é um profissional especializado na reconstituição e na descrição necessárias para a tarefa rigorosa de formação e crítica da memória social. Não sendo historiador, muito menos é historicista. Como adverte na introdução do livro que seria o embrião de *FEB, A economia Brasileira* (1954), ele não pretendia oferecer mais do que um delineamento do processo histórico que criou a economia brasileira, focando na análise de processos econômicos e não na reconstrução detalhada de eventos históricos por trás destes processos.

Neste sentido, a caracterização que mais tarde Furtado (1967) fez de seu próprio método é imperfeita e insuficiente, assim como as caracterizações competentes de sua epistemologia propostas com base no anexo metodológico de *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (MALLORQUIN, 2005, cap. 9; FONSECA, 2009; BOIANOVSKY, 2015). Nesse texto, Furtado se diferencia do estruturalismo francês com os mesmos termos (sincronia e diacronia) que usaria nas memórias em 1985 para se diferenciar de Prebisch. Também afirma que o método do estruturalismo latino-americano se caracteriza por investigar a história para entender os “parâmetros não econômicos” dos modelos macroeconômicos e para converter, analiticamente, as constantes e parâmetros destes modelos em variáveis. Como a introdução de 1954 indica, contudo, *a integração de teoria e história não se limitava a uma via de mão única em que a história servisse como recurso para converter parâmetros em variáveis ou para incorporar parâmetros de outras disciplinas. Na verdade, o modelo teórico do estruturalismo cepalino serve também para orientar a própria investigação histórica a respeito das mudanças paramétricas relevantes.* A análise dos processos históricos, em outras palavras, é organizada por hipóteses teóricas que preexistem à investigação histórica. Os recortes de época (ou “parâmetros”) são igualmente caracterizados pelas mudanças estruturais que as hipóteses explicativas cepalinas tendiam a realçar como marcantes. Em suma, *os métodos descritos em 1954 e 1967 não são os mesmos, embora sejam complementares.*

6 Ver Bresser-Pereira (2001) sobre esta questão e sobre o uso criativo do método indutivo por Furtado, de maneira que, neste artigo, denominamos de abdução. Ver Peirce (1994, p. 630-631 e 1726) para o argumento original sobre a particularidade da abdução em relação à indução e à dedução, assim como Burks (1946), Lawson (1994) e Chibeni (1996).

Por que são complementares? Por um lado, é certo que Furtado não se limita a partir da teoria para a história. Não obstante ser a investigação empírica conceitualmente orientada, há de fato uma via de duas mãos: a hipótese teórica não é hermética à investigação histórica. Esta tem dois efeitos: 1) historiciza e realça nuances particulares nos processos de mudança estrutural, ou seja, faz a mediação entre teoria geral e particularidade histórica; 2) coloca a estrutura e a dinâmica econômicas – teorizadas abstratamente em momento anterior – no interior de um sistema maior e aberto à interação com mecanismos e forças oriundas de outras estruturas (políticas e sociais, sobretudo), que modificam, aceleram ou atrasam as tendências econômicas teorizadas, e não apenas seus “parâmetros” iniciais.

Por outro lado, Furtado também não é o oposto do historiador, ou melhor, não é um teórico que 1) toma a matéria histórica particular apenas como ilustração inferida de teoria geral ou 2) como um repositório de eventos cuja descrição pretenda apoiar a indução para inferir uma teoria a partir do encontro de repetições empíricas. *O método não é nem dedução nem indução, mas abdução: Furtado desvenda, com hipóteses explicativas, as estruturas “profundas” cujos mecanismos e tendências se expressam, em um sistema aberto, nos eventos dados à investigação empírica.* Assim, não basta caracterizar a epistemologia do estruturalismo histórico, é preciso reconhecer sua suposição ontológica. Esta não tem efeitos apenas teóricos, mas também práticos. Se há estruturas subjacentes aos processos e eventos, e que têm força sobre eles, é porque a estrutura não é um “modelo mental subjetivo” e sim uma camada real, empiricamente opaca, que tem mecanismos e tendências que influenciam a história. É preciso desvendar as estruturas subjacentes exatamente para realizar reformas estruturais, ou seja, transformar parâmetros em variáveis na prática e não apenas no “modelo mental”.

Este talvez seja o principal significado do método histórico-estrutural, quando desdobrado na análise da particularidade histórica como em *FEB*: a estrutura tem história e, portanto, é sempre particular, embora retenha semelhanças com estruturas inseridas no todo (o Sistema Centro-Periferia) em posição similar (economia periférica, ou melhor, de tipo colonial). A história, por sua vez, é periodizada pelas mudanças de estrutura que, no presente, podem ser moldadas pela ação racional. De fato, *Furtado busca no passado a origem de estruturas que têm dimensões com persistência secular, mas que podem ser objeto de transformação orientada pela ação política porque não são naturais e eternas.* Assim, a narrativa histórica realça as mudanças e di-

nâmicas estruturais e é organizada para legitimar intervenções políticas sobre a estrutura problemática. Ou seja, para concentrar poder, pela argumentação racional, para agir com impacto estrutural. É por isto que um livro como *Formação econômica do Brasil* é sucedido por obras mais orientadas para a ação no presente, como *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste* e *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. O objetivo é mudar, pela política das reformas estruturais, os parâmetros herdados do passado, transformando-os em variáveis.

2. Esquema analítico e projeto político em *Formação econômica do Brasil*

Qual o papel da análise política em *Formação econômica do Brasil*? Vez por outra, a análise histórica se desdobra sobre a política, como quando Furtado discute os grupos de interesse e as correntes de opinião que se formam no conflito em torno à gestão da política cambial na Primeira República (cf.: BASTOS, 2007; 2008). No entanto, a política enquanto tal não é objeto de tratamento sistemático, sobretudo no período posterior ao “deslocamento do centro dinâmico”. Chega a parecer que Furtado não quer se envolver diretamente nos conflitos, confiando na capacidade de argumentação racional para formar consensos que orientem intervenções técnicas sobre os problemas coletivos, como em Karl Mannheim. Não se pode alegar, porém, que a ausência relativa da alusão a eventos políticos em FEB denuncia desconhecimento ou incapacidade de tratá-la, o que seria típico do estruturalismo cepalino, como criticaram Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falletto (1970). Afinal, já em 1948 Furtado fez “uma tentativa de aplicação da teoria de Henri Pirenne de correlação dos períodos da história social do capitalismo com a formação de novas elites dirigentes” (FURTADO [1948] 2001, p. 20). Como veremos, para Furtado, *o poder está na própria origem das estruturas*.

Seja como for, a menção ao “deslocamento do centro dinâmico” que conclui a narrativa histórica nos leva ao fio condutor de FEB: a sucessão de mudanças estruturais que levam da colônia à possibilidade de constituição de uma nação moderna autônoma e desenvolvida. *O sentido geral do argumento de FEB deságua na percepção contemporânea de uma oportunidade única de enfrentar limites estruturais de longa du-*

ração, como veremos. Nesse sentido, o livro contribui para constituir um potencial de análise da história e, quem sabe, uma força política que o estruturalismo cepalino não tinha. Alguns anos depois, *Formação econômica da América Latina*, escrito já no exílio político, demonstra o potencial de investigação comparativa do método histórico-estrutural.

Como afirmado, *FEB* não foi antecipado apenas por *A economia brasileira* (1954), mas pela tese de doutorado defendida na Sorbonne em 1948, *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. Furtado, portanto, já era um historiador econômico chancelado por uma instituição de renome mundial antes de entrar na Cepal. Isto ajuda a explicar a integração entre estruturalismo e história que produziu o método histórico-estrutural.

O caráter acadêmico de uma tese de doutorado leva Furtado a recorrer muito mais a citações do que em *FEB*, o que nos abre uma janela para suas referências intelectuais (cf.: SZMRECSÁNYI, 1999; e, especialmente SILVA, 2010). Fica claro que Furtado teve contato com cronistas, viajantes, historiadores, sociólogos e economistas que se debruçaram sobre as origens do Brasil. Três se destacam: Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Roberto Simonsen. De Freyre, Furtado realça a importância do patriarcado escravocrata e latifundiário na formação da sociedade brasileira. De Caio Prado Jr., o sentido da colonização na acumulação de capital nas metrópoles, a extração de excedentes, a limitação do mercado interno e a miséria urbana inerentes a um apêndice colonial destinado a atender necessidades externas com latifúndios escravistas, sentido sempre comparado com a colonização norte-americana. Isso não mudará muito em *FEB*.

Porém, de João Lúcio de Azevedo (1929) e principalmente de Roberto Simonsen ([1937] 2005), Furtado toma uma categoria que será objeto de um corte epistemológico posterior: o “ciclo” monocultor, ou melhor, a sucessão histórica destes “ciclos”. Em Simonsen, o termo “ciclo” é relativamente vago, funcionando menos como um conceito teórico do que uma descrição do movimento registrado pela base estatística do comércio levantada pelo autor, aliás, fartamente usada por Furtado, e devidamente criticada e corrigida por Jobson Arruda (1980). Na tese de Furtado em 1948, ainda aparecem termos como “ciclo do pau-brasil” e “ciclo de açúcar”. Já em *FEB*, mesmo sem ter acesso a dados melhores que os de Simonsen, Furtado parte dos conceitos de “economia escravista de agricultura tropical”, “economia escravista mineira”, “econo-

mia de transição para o trabalho assalariado” e “economia de transição para um sistema industrial”.⁷

O sentido da mudança é superar o nominalismo usado para descrição estatística (de resto, equivocado, pois os dados não apresentam uma sucessão de ciclos) pela explicação teórica que realça novos determinantes. Agora, menos do que ciclos de produtos que supostamente se sucedem no comércio colonial, Furtado trata de analisar estruturas socioeconômicas que se organizam em torno da produção e que têm dinâmicas particulares de expansão e crise. Cada estrutura traça uma dinâmica histórica que, mesmo em *FEB*, talvez ainda possa ser entendida como um período delimitado pela conjuntura do mercado mundial, uma vez que a tese de Furtado é que as estruturas regionais pouco se comunicam no mercado interno e não têm capacidade de autossustentação. Estas estruturas, contudo, não se sucedem, pois convivem no tempo, ainda que pouco se integrem no espaço. Um “ciclo” não se interrompe para que outro comece, ou seja, os ciclos não se sucedem como em Azevedo e Simonsen. Ademais, a dinâmica estrutural é recheada de determinações novas entendidas a partir do instrumental teórico que Furtado dominou em seu doutorado na Sorbonne, e que serve para integrar o impulso do comércio exterior aos efeitos de multiplicação da renda e de propulsão/encadeamento de novas atividades internamente, dada cada estrutura econômica regional.⁸

É por isso que Furtado periodiza as épocas históricas fazendo referência não só ao tipo de produção (agricultura tropical, economia mineira, sistema industrial), mas à relação de trabalho e ao papel da renda monetária em sua reprodução (economia es-

7. Arruda (1980) mostra a inadequação conceitual e estatística do termo “ciclo” para caracterizar a economia colonial e adverte que “os historiadores modernos da economia brasileira abandonam o conceito de ciclo para hierarquizar os vários momentos da economia colonial ou nacional, como é o caso de Caio Prado Júnior e Celso Furtado. Este último faz questão de não usar o conceito em seu trabalho, ignorando-o, sem, no entanto, discuti-lo. Prefere o conceito de Economia Escravista de Agricultura Tropical para referir-se ao vulgarmente chamado Ciclo do Açúcar, ou Economia Escravista Mineira, referindo-se ao Ciclo da Mineração, e assim por diante” (p. 607). Para uma visão oposta (e, a meu ver, equivocada) que retoma a categoria de “ciclo” para entender *FEB*, ver Maurício Coutinho (2008). Tendo superado a categoria de “ciclo” em 1959, Furtado (1962, p. 107) volta a usá-la, com as devidas aspas, em *A pré-revolução brasileira*, mas de maneira ainda mais vaga do que em 1948, *en passant*, e sem pretensões de revisar o argumento de *FEB*.

8. Para avaliações das influências sobre a obra de Furtado e seu diálogo com as teorias do crescimento, do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, ver Chilcote (1984), Mantega ([1984] 1991), Bielschowsky (1988; 2006; 2014), Love (1996; 2005), Mallorquin, C. (2005; 2007; 2009) e Boianovsky (2009; 2010). Curiosamente, poucos frisam a importância da influência e do diálogo com François Perroux, enfatizada pelo próprio Furtado em pelo menos duas ocasiões, como veremos.

cravista, economia de trabalho assalariado). Na análise propriamente dita, não só o tempo, mas também o espaço é essencial. Furtado não traz um capítulo teórico que apresente seu modelo analítico. Tampouco é o caso de fazê-lo aqui, para além do mero delineamento de suas relações teóricas e variáveis básicas. Antes disso, não é demais reafirmar que a principal inovação do método histórico-estrutural é historicizar as estruturas e estruturar a periodização histórica: a estrutura tem história, e a história é periodizada pelas mudanças de estrutura. Tanto na criação da estrutura quanto na ruptura estrutural, as relações de poder são fundamentais. De onde Furtado inspirou-se para propor tal articulação entre estrutura e poder?

Pedro Fonseca (2009) propôs que a referência básica de Furtado foi Max Weber. Sem negar esta influência em um nível metodológico mais geral, considero que o esquema analítico de *FEB* para as vinculações entre estrutura, poder e espaço se organiza, criativamente, sobretudo a partir de uma convergência de duas influências: Raúl Prebisch e François Perroux (que Fonseca cita de passagem). Com perdão da extensa citação, foi o próprio Furtado ([1994] 2012) quem sugeriu a convergência em outro contexto:

Foi essa visão do desenvolvimento que guiou a obra teórica de certos autores como François Perroux e Raúl Prebisch, a partir dos ensinamentos de Keynes e Schumpeter... Dessa visão macrossocial emergiu uma teoria das decisões que deveria valorizar consideravelmente o papel dos centros de poder. Se a luta contra o subemprego exigia, nos países industrializados, uma ação diretiva do Estado sobre o conjunto do sistema econômico, que dizer das modificações estruturais sem as quais seria difícil escapar aos obstáculos do subdesenvolvimento? A obra de François Perroux foi de importância considerável na formação de um pensamento ligado a uma problemática que permitia conceitualizar o subdesenvolvimento. Perroux havia trabalhado desde os anos 1940 na elaboração de uma teoria capaz de explicar as realidades de um mundo que se globalizava: ele tentou construir uma nova coerência teórica que assumia a desigualdade dos agentes, suas estratégias e o espaço geográfico, sublinhando porém a força organizadora do efeito de dominação. Certo, Schumpeter dera ênfase ao efeito de inovação, mas o circunscreveu a um quadro de referência estritamente econômico. Perroux conceitualizou o efeito mais completo de dominação, que excede necessariamente o econômico, e, além disso, estabeleceu uma relação entre as estruturas sociais e a organização do espaço. Observando desse ângulo as decisões dos diversos agentes sociais, ele pôs em destaque os fenômenos de macrodecisões, às quais

atribuiu um papel preponderante na constituição da realidade econômica. A macrodecisão tem sua origem seja no Estado, seja em outra entidade dominante... François Perroux, tendo unido estreitamente o desenvolvimento à ideia de poder, conferiu a sua obra um alcance considerável, que continua a crescer... esse poder é o principal vetor da integração transnacional das atividades econômicas e está na origem das assimetrias que engendram o subdesenvolvimento. As ideias de François Perroux influenciaram muito a pesquisa em ciências sociais na América Latina pelo fato de que completavam a visão de ‘centro-periferia’ de Raúl Prebisch... O aprofundamento dessas ideias pelo grupo de economistas conhecido posteriormente como escola estruturalista latino-americana deu origem à corrente de pensamento... A partir da convergência das ideias de Perroux e Prebisch, vou me permitir apresentar algumas reflexões sobre o perfil emergente da realidade econômica mundial em rápida transformação. Certo, sou o único responsável pelo exercício de globalização que tentarei fazer, mas não estaria em condição de realizá-lo se não tivesse sido discípulo desses dois mestres (FURTADO, [1994] 2012, p. 299-301).

Perroux foi professor de Furtado na Sorbonne e inspirador das pesquisas do próprio orientador de Furtado, Maurice Byé.⁹ Como sugerido por Furtado, Perroux enquadrava a análise de Schumpeter no espaço e a articula com o poder. Os ramos e empreendimento propulsores são concentrados no espaço, levando à dominação de certos lugares e à dependência de outros. A polarização internacional e regional é inerente ao desenvolvimento econômico, portando efeitos de propulsão positivos e negativos (“*backwash effects*”). Estes efeitos são delimitados por macrodecisões controladas por agentes com poder para definir o “campo de forças” de suas operações.

9. Para a influência de Byé na tese de doutorado de Furtado, ver Silva (2010). Para a obra de Perroux antes de *FEB*, ver especialmente Perroux (1948; 1949; 1950a; 1950b; 1955a; 1955b). Para uma apreciação geral de sua obra, ver Bocage (1985), Higgins e Savoie ([1988] 2017), inclusive os dois artigos de Perroux neste livro, e Sandretto (2009). A referência de Furtado a Perroux em suas memórias é digna de nota: “Segui com interesse as aulas de economia industrial de François Perroux, certamente um dos espíritos mais originais de sua geração. As pesquisas que nessa época realizava conduziram-no à ideia de ‘polo de crescimento’, de tanta repercussão alguns anos depois. Perroux procurava introduzir conteúdo econômico no espaço físico, passar da ideia de ‘economia externa’ à de ‘espaço estruturado’. E hierarquizava as decisões econômicas, distinguindo aquelas que expressavam uma vontade de poder. As ideias de Perroux eram particularmente interessantes porque permitiam abarcar muito mais do que o estritamente econômico... Perroux também começava a teorizar nessa época sobre o que ele chamou de ‘unidade interterritorial’, ou seja, a empresa que se organiza horizontalmente em vários países, disso derivando maior autonomia de decisão. Seu estudo pioneiro reportou-se à grande empresa petroleira anglo-iraniã. Essa linha de pesquisa, em que conjuntamente com Byé ele foi pioneiro, contribuiria mais do que qualquer outra para modificar a visão das relações econômicas internacionais.” (FURTADO, 1985, p. 34-35, destaques no original).

O espaço histórico relevante não é definido pela proximidade física (banal, segundo PERROUX, 1950b), mas é um campo de forças estruturado pelo poder econômico e político, o que o leva além da *Staples theory* ou Hirschman, e antecipa Myrdal (1957). As relações de mercado, portanto, são estruturadas por relações de poder que se estendem pelo território e articulam seu próprio espaço, como campo de relações entre forças assimétricas. É por isso que polos de crescimento não se tornam necessariamente polos de desenvolvimento, posto que seus efeitos propulsores podem se articular em um espaço que não é necessariamente local ou nacional. Como escreve Furtado (1985, p. 300), “esse poder é o principal vetor da integração transnacional das atividades econômicas e está na origem das assimetrias que engendram o subdesenvolvimento”. Neste sentido, o próprio Sistema Centro-Periferia pode ser entendido como um espaço assimétrico, ou melhor, um campo de forças estruturado por relações de poder político e econômico.

A referência a estes dois clássicos sobre as polarizações internacional e regional, Prebisch e Perroux, e ao modo como as duas polarizações interagem, é essencial porque *certas apreensões de Furtado pelo ângulo da macroeconomia tendem a superestimar o fluxo de renda e subestimar os efeitos de propulsão positivos e negativos, o que coloca Furtado mais na tradição da teoria do crescimento e menos na da teoria do subdesenvolvimento*. A atenção dada ao subdesenvolvimento e às condições de sua superação é clara já na pergunta retórica feita para fisgar o leitor que, como Furtado, olha para o passado canavieiro com os olhos no futuro: “que possibilidade efetiva de expansão e evolução estrutural apresentava esse sistema econômico, base da ocupação do território brasileiro?” (FURTADO, [1959] 2009, p. 103). O recado de *FEB* é que a “expansão” precisa trazer “evolução estrutural” para ganhar autossustentação e levar ao desenvolvimento.

Dito isto, qual o esquema analítico em *FEB*? Para cada estrutura regional analisada, o dinamismo inicial é dado pela demanda externa segundo o sistema centro-periferia. Em seguida, via multiplicador das exportações, transborda sobre o fluxo interno de renda e, principalmente, pode ter efeitos propulsores para induzir a diversificação de atividades e os ganhos de produtividade. *A magnitude do multiplicador e do efeito propulsor varia de acordo com estruturas históricas, cuja criação, por sua vez, articula-se a relações de poder que são exógenas ao modelo de relações entre variáveis econômicas* (cf.: FURTADO, 1967; FONSECA, 2009). Especificamente, de-

pende: 1) da estrutura mais ou menos concentrada de propriedade dos meios de produção; 2) da maior ou menor especialização produtiva setorial; 3) do tipo de relação de trabalho; e 4) do vazamento derivado do coeficiente de importações e das rendas apropriadas por agentes externos, ou seja, das relações de poder econômico e político inerentes ao Sistema Centro-Periferia. Assim, *o subdesenvolvimento, como um todo, é uma estrutura histórica na qual o efeito de propulsão positivo do polo moderno não é suficiente para puxar e transformar o polo de baixa produtividade, o que preserva a heterogeneidade ao longo do tempo a despeito do crescimento do polo moderno*. Aliás, tal crescimento pode até ter um efeito de propulsão negativo sobre o polo atrasado, como Furtado vai mostrar, em *FEB*, na análise da polarização industrial no Sudeste e do atraso nordestino. *Como estrutura que perpassa a formação histórica brasileira, o subdesenvolvimento deve ser entendido no quadro da expansão e reprodução do Sistema Centro-Periferia e de suas mutações ao longo do tempo*. De novo, embora não haja em *FEB* um capítulo teórico que identifique e fundamente os determinantes das mudanças estruturais, creio serem estas as variáveis que orientam a análise histórica da dinâmica e crise das várias estruturas econômicas que se entrelaçam no espaço colonial. Senão, vejamos.

Depois da extração do pau-brasil, o latifúndio exportador escravista nordestino exemplifica a estrutura com menores efeitos multiplicador e de propulsão, em vista da concentração da propriedade e da especialização produtiva enormes, da escravidão e do elevado coeficiente de importações e de intermediação externa. Dada a importação de escravos e outros bens de produção e consumo, e a extração de rendas pelo exclusivo colonial, a expansão tem efeitos de propulsão baixos. Assim, a baixíssima diversificação e a grande heterogeneidade entre a economia exportadora e a de subsistência levarão a que a reversão secular do preço do açúcar resulte em expansão da população na economia de subsistência com regressão monetária e da renda real *per capita*. Não obstante o legado canavieiro para o subdesenvolvimento, é bom qualificar, seguindo Jobson Arruda (1980, p. 610), que “o açúcar preponderou, em termos de contribuição no montante da exportação, desde o início até o fim do período colonial. Mesmo no ponto máximo da produção aurífera, o valor da exportação de açúcar foi maior”.

Mais tarde, parte da população “excedente” nordestina migrará atraída pela economia extrativista da borracha na Amazônia. Uma crise relativamente semelhante,

mas ainda mais grave, ocorrerá quando, na República, os preços de látex despencarem. Nos dois casos, o esgotamento estrutural do mercado exportador revela a escassez de efeitos de propulsão típicos da monocultura agrícola ou extrativista e a limitação resultante dos impulsos endógenos para a sustentação do crescimento do mercado interno. O tempo de abundância e alta dos preços externos enriquece uma minoria de proprietários e intermediários internos e externos que destinam parte importante da renda monetária para importações. O tempo do declínio secular dos preços preserva e expande uma população pobre enorme que se reproduz à margem da economia monetária e dos ganhos modernos de produtividade. Em suma, *o dualismo entre o setor moderno e o setor de subsistência é uma herança histórica de sucessivas estruturas regionais incapazes de autossustentação.*

Comparativamente, a economia mineira tem efeitos multiplicador e de propulsão superiores, em vista de maiores dispersão da propriedade, oportunidades de trabalho livre, interiorização, dependência de mueres e de serviços urbanos. Ela confere o primeiro impulso para a integração inter-regional e o embrião do mercado nacional, mas também experimentalista, segundo Furtado, expansão da população na economia de subsistência com regressão monetária e da renda real *per capita* depois do esgotamento das jazidas. Embora a política metropolitana de exclusivo colonial e proibição de manufaturas limite a diversificação, é principalmente a escravidão que inviabiliza o crescimento autossustentado. A economia escravista não teria fluxos monetários ou efeitos multiplicador e de propulsão suficientes para isto, e sequer, supõe equivocadamente Furtado, para produzir desequilíbrios externos (BASTOS, 2007).¹⁰

Assim, para Furtado, só a abolição da escravidão e a criação de um enorme mercado de trabalho assalariado criam estruturalmente os estímulos para desenvolver

10. As qualificações possíveis são várias: Jobson Arruda (1980; 2000) mostrou que, em parte sob efeito da política pombalina, houve grande diversificação agrícola colonial no último quarto do século XVIII depois da retração da extração de ouro. Roberto Borges Martins ([1980] 2018) mostrou que parte de Minas Gerais se reconverteu em uma economia produtora de alimentos, mantendo-se grande importadora de escravos, embora Robert Slenes (1988) rediscuta os motivos. Frago e Florentino (2001) propõem descartar o modelo Centro-Periferia e sugerem a existência de ciclos econômicos locais independentes dos europeus na economia colonial, mas se equivocam gravemente quanto à relação de causa e efeito entre expansão da produção e preços de café (CARDOSO DE MELLO, [1975] 1998, p. 57; SALLES; BORGES 2012, p. 75-77). A controvérsia estimulada por estas revisões gerou bibliografia longa demais para ser abordada aqui. Seja como for, as qualificações não parecem refutar as hipóteses furtadianas de que o Sistema Centro-Periferia importa para explicar nosso subdesenvolvimento e de que será apenas a economia exportadora cafeeira de trabalho assalariado, já em São Paulo, o centro da integração do mercado nacional, sem eliminar a heterogeneidade: ver Cano ([1975] 1990; 1998).

efeitos de propulsão e encadeamentos que internalizem a geração de ganhos de produtividade (embora sobretudo via importação de bens de produção) e multipliquem as relações monetárias. Espacialmente, é apenas na economia cafeeira de trabalho assalariado que a magnitude da demanda externa e dos efeitos multiplicador e de propulsão se eleva a ponto de criar condições para o deslocamento e internalização do centro dinâmico com a industrialização. Nas palavras de Furtado ([1959] 2009, p. 328):

Observado de um ângulo distinto, o desenvolvimento da primeira metade do século XX apresenta-se basicamente como um processo de articulação das distintas regiões do país em um sistema com um mínimo de integração. O rápido crescimento da economia cafeeira – durante o meio século compreendido entre 1880 e 1930 –, se, por um lado, criou fortes discrepâncias regionais de níveis de renda *per capita*, por outro dotou o Brasil de um sólido núcleo em torno ao qual as demais regiões tiveram necessariamente de articular-se.

A explicação de Furtado para a internalização do centro dinâmico na década de 1930 é bem conhecida. O crescimento prévio das exportações já estimulara a diversificação industrial pelo lado da demanda e pela oferta de divisas para importar bens de capital. Em seguida, a industrialização por substituição de importações ocorre espontaneamente por conta do aumento da proteção do mercado interno derivado da quebra da capacidade de importar gerada, por sua vez, pelo colapso dos preços internacionais do café. Desta vez, o resultado da crise exportadora não é mais a regressão monetária e da renda *per capita*, mas o salto para a frente. A renda interna da economia cafeeira, afinal, foi protegida pelo governo Vargas com uma política de formação e queima de estoques com emissões monetárias. A sustentação da demanda monetária de alimentos, matérias-primas e, principalmente, produtos industriais convive com o deslocamento da demanda de importações para o mercado interno, reativando a capacidade ociosa da indústria antes mesmo da política de canalização das reservas cambiais para importações de novos bens de capital para expansão da capacidade produtiva.

Tudo se passa como se o deslocamento do centro dinâmico resultasse de políticas de governo (defesa da renda, controle cambial) inconscientes. *Não há espaço aqui para repetir que a inconsciência é uma caracterização enganosa da postura do governo Vargas diante da crise e seus desdobramentos* (FONSECA, 2003; BASTOS, 2008). O que importa é frisar o projeto político que emana da narrativa histórica. Se a mudança do

centro dinâmico representa uma ruptura de época plena de possibilidades para o desenvolvimento nacional, a inconsciência quanto às suas condições de origem e de reprodução ampliada pode pôr a oportunidade a perder. Furtado parte de uma reconstrução histórica mais poderosa que a de Prebisch, e de maior penetração em uma opinião pública sedenta para entender o passado para construir o futuro, mas chega, no fundo, à mesma recomendação prática: agora é preciso planejar racionalmente. As tarefas do planejador cepalino são bem definidas: 1) coordenar a alocação de “poupanças” (excedentes) e reservas cambiais em direção ao setor de bens de produção, e 2) reduzir os desequilíbrios regionais.

No referido último capítulo de *FEB* (“Perspectivas dos próximos decênios”), a mensagem política é clara. A necessidade de alocar recursos para bens de produção, especialmente bens de capital, resulta da própria dinâmica do processo de substituição de importações. Afinal, como indicava Prebisch nos textos clássicos, a redução do coeficiente de importações determinado pela escassez de divisas é limitada pela recomposição da pauta de importações. Como a produção de bens de produção para a indústria se desenvolve limitadamente depois da indústria de bens de consumo final, o crescimento industrial depende da capacidade de importar bens de produção. No entanto, a importação de bens de produção deve ser planejada de modo a destinar a escassa capacidade de importar para a ampliação da produção de bens de produção e não apenas para atender a demanda da indústria de bens de consumo final. A própria indústria de bens de consumo deve ser contida, para não expulsar usos alternativos das reservas cambiais. Se o processo de internalização da indústria de bens de produção não for realizado em tempo, a industrialização tende a se esgotar, pois esbarrará na limitação da capacidade de importar, dado o baixo dinamismo das exportações tradicionais. Furtado é claro a respeito:

A transformação estrutural mais importante que possivelmente ocorrerá no terceiro quartel do século XX será a redução progressiva da importância relativa do setor externo no processo de capitalização. Em outras palavras, as indústrias de bens de capital – particularmente as de equipamentos – terão de crescer com intensidade muito maior do que o conjunto do setor industrial. Essa nova modificação estrutural, que já se anuncia claramente nos anos cinquenta, tornará possível evitar que os efeitos das flutuações da capacidade para importar se concentrem no processo de capitalização (FURTADO, [1959] 2009, p. 328).

Se o projeto político implícito em *FEB* fosse apenas o de orientar o planejamento técnico nestas linhas, a publicação foi relativamente tardia. Em 1959, não apenas o Plano de Metas estava a pleno vapor no governo Juscelino Kubitschek, como já fazia quinze anos desde que o plano de desenvolvimento do Estado Novo para o período pós-Segunda Guerra buscava fazer, *avant la lettre*, exatamente o que Prebisch e Furtado propunham (CORSI, 2000; BASTOS, 2004). Ou seja, bloquear o uso de reservas cambiais para importações “supérfluas” de bens de consumo e destiná-las para importações que ampliassem a capacidade de produção de bens de produção. Mais do que isso, criar mecanismos de centralização financeira que passavam, por exemplo, pela taxação de “lucros extraordinários” e a canalização dos lucros para projetos industriais que contavam com prioridade para importação de bens de produção barateados por uma enorme apreciação cambial. Quando este projeto foi derrotado pelo liberalismo, já no governo provisório de José Linhares, em 1945, a crise cambial resultante da liberalização das importações e remessas de lucro acabou induzindo, mais uma vez, de forma consciente no governo Eurico Dutra, uma versão aguada do licenciamento de importações já em 1947 (BASTOS, 2004). Esta crise cambial não apenas criou a oportunidade para Vargas discursar no Senado contra a imprevidência liberal que levava a desperdiçar o estoque de divisas com importações de “bugigangas”, mas para elaborar discursos na campanha presidencial de 1950 que sistematizavam, para o grande público, o projeto nacionalista de desenvolvimento (BASTOS, 2011a). É preciso estar atento à cronologia: antes de ser influenciado pela Cepal, Getúlio Vargas agiu decisivamente para mantê-la contra a pressão dos EUA (DOSMAN, 2011, p. 309; FURTADO, 1985, p. 115-116).

O projeto político de *FEB*, contudo, não era orientar o planejamento técnico da indústria pesada, tarefa a que Furtado, aliás, estava envolvido pelo menos desde a participação no grupo misto Cepal/BNDE que, em 1954, criara o embrião do Plano de Metas. O projeto era mais o de legitimá-lo *ex-post* diante da opinião pública que era educada, desde a década de 1930, a enxergar os problemas brasileiros à luz de grandes narrativas históricas sobre a formação da nação. Não deve surpreender que o livro trouxe o conceito de *formação* para o título. Ele atendia à demanda social de entender o passado e seus prolongamentos para romper com ele e construir o futuro. *FEB* levava o projeto da Geração de 1930 para o campo da economia, tratado de modo menos profundo e sem chegar ao presente por Caio Prado Jr. e Roberto Simonsen antes dele.

Sua finalidade era educar historicamente para a cidadania. Agora não teríamos apenas uma Formação Cultural ou uma Formação Política do Brasil, mas uma Formação Econômica do Brasil. Se a formação do país não havia criado propriamente um “povo”, que assistira bestializado à própria “proclamação” militar da República (“Velha”), agora era o momento de concluir sua formação. Cidadãos capazes de construir um destino coletivo precisam de uma identidade coletiva mínima que passe por uma narrativa de sua autoformação, se quiserem aspirar à autonomia nacional com democracia. É claro que as resistências ao projeto de desenvolvimento nacional não eram apenas teóricas. Contudo, seriam mais bem enfrentadas se a maioria da opinião pública se unificasse em torno de boas teorias sobre sua própria formação histórica e, em vista dela, sobre seus interesses práticos no presente.

Havia um campo de atuação prática e intervenção estatal para o qual *FEB* não chegara atrasado, contudo. O combate aos desequilíbrios regionais também se desdobrava como imperativo prático da narrativa histórica sobre a sucessão de estruturas espaciais. A urgência política do problema é transparente no último capítulo de *FEB* (“Perspectivas dos próximos decênios”):

A solução desse problema constituirá, muito provavelmente, uma das preocupações centrais da política econômica no correr dos próximos anos. Essa solução exigirá uma nova forma de integração da economia nacional, distinta da simples articulação que se processou na primeira metade do século. A articulação significou, simplesmente, desviar para os mercados da região cafeeira-industrial produtos que antes se colocavam no exterior. Um processo de integração teria de orientar-se no sentido do aproveitamento mais racional de recursos e fatores no conjunto da economia nacional. (FURTADO, [1959] 2009, p. 333).

A passagem da articulação do mercado nacional para a integração da economia nacional depende de uma política de desenvolvimento regional que reverta os efeitos de polarização regional espontâneos explicados em *FEB*. O tratamento do tema é inovador, devendo a Perroux e mesmo a Gunnar Myrdal (1957). A ideia é que há efeitos cumulativos da concentração industrial regional que tendem a agravá-la no tempo a menos que haja um efeito consciente para revertê-la. *FEB*, de novo, não apresenta as propostas, mas fundamenta historicamente o diagnóstico que deve orientar as políticas. O argumento é que, uma vez iniciado o desequilíbrio regional, há mecanismos

que reforçam o desequilíbrio em vez de restaurar o equilíbrio. Uma divergência inicial pequena pode se transformar em uma grande divergência com o tempo. A causa é a existência daquilo que seria chamado de economias de aglomeração, ou seja, a tendência a atrair atividades para a proximidade de outras que se complementam:

Se, pela metade do século, a economia brasileira havia alcançado um certo grau de articulação entre as distintas regiões, por outro a disparidade de níveis regionais de renda havia aumentado notoriamente. À medida que o desenvolvimento industrial se sucedia à prosperidade cafeeira, acentuava-se a tendência à concentração regional da renda. É da natureza do processo de industrialização que as inversões só alcancem sua máxima eficiência quando se completam mutuamente, isto é, quando se coordenam funcionalmente em um todo maior. Numa economia de livre-empresa essa coordenação se faz um pouco ao acaso, e a probabilidade que tem cada um de fruir o máximo de vantagens indiretas é tanto maior quanto maior é o número de indivíduos que estão atuando simultaneamente. (FURTADO, [1959] 2009, p. 329-330).

Furtado tem consciência – e quer difundir a consciência nacionalmente – de que esta disparidade pode se transformar em um problema político cada vez mais sério:

Essa disparidade de níveis de vida, que se acentua atualmente entre os principais grupos de população do país, poderá dar origem a sérias tensões regionais. Assim como na primeira metade do século XX cresceu a consciência de interdependência econômica — à medida que se articulavam as distintas regiões em torno do centro cafeeiro-industrial em rápida expansão —, na segunda poderá aguçar-se o temor de que o crescimento intenso de uma região é necessariamente a contrapartida da estagnação de outras... Não existindo nesse caso a possibilidade de apelar para a tarifa ou subsídios cambiais, com o fim de corrigir a disparidade, a industrialização da região mais pobre passa a encontrar sérios tropeços. À medida que se toma consciência da natureza desse problema no Brasil, as tensões de caráter regional — que se haviam reduzido substancialmente nos decênios anteriores — poderão voltar a apresentar-se (FURTADO, [1959] 2009, p. 331-333).

Furtado dá duas explicações para a origem do problema. Uma, mais formal e universal, diz respeito à abundância ou escassez relativa de *recursos naturais* das regiões:

a baixa produtividade agrícola de uma região implica maiores custos unitários do trabalho que deprimem relativamente a taxa de lucro em relação à existente na região de maior produtividade agrícola. Em seguida, a atração de mão de obra para a região de maior produtividade acaba tendo o efeito esperado por Arthur Lewis (1954), ou seja, assegurar a oferta (ilimitada) de trabalho e, portanto, impedir que os salários acompanhem a elevação da produtividade, reduzindo ainda mais o custo unitário do trabalho na região que atrai imigrantes, potencialmente elevando-o na região que os expulsa. À medida que os ganhos de produtividade não são repassados para os salários na região mais rica, a elevação resultante dos lucros atrai também capitais desde as regiões mais pobres, reforçando as economias de aglomeração:

A tendência à concentração regional da renda é fenômeno observado universalmente, sendo amplamente conhecidos os casos da Itália, da França e dos EUA. Uma vez iniciado esse processo, sua reversão espontânea é praticamente impossível... A causa da formação e do agravamento desse tipo de fenômeno está, via de regra, ligada à pobreza relativa de recursos naturais de uma região. Com efeito, coexistindo duas regiões dentro de uma mesma economia — integradas pelo mesmo sistema monetário —, aquela mais pobre de recursos naturais, particularmente de terras, tenderá a apresentar uma produtividade mais baixa por unidade de capital investido. Em termos monetários, o salário de subsistência da população tende a ser relativamente mais elevado ali onde é mais baixa a produtividade do homem ocupado na produção de alimentos. A coexistência das duas regiões numa mesma economia tem consequências práticas de grande importância. Assim, o fluxo de mão de obra da região de mais baixa produtividade para a de mais alta, mesmo que não alcance grandes proporções relativas, tenderá a pressionar sobre o nível de salários desta última, impedindo que os mesmos acompanhem a elevação da produtividade. Essa baixa relativa do nível de salários traduz-se em melhora relativa da rentabilidade média dos capitais investidos. Em consequência, os próprios capitais que se formam na região mais pobre tendem a emigrar para a mais rica. A concentração das inversões traz economias externas, as quais, por seu lado, contribuem ainda mais para aumentar a rentabilidade relativa dos capitais investidos na região de mais alta produtividade. (FURTADO, [1959] 2009, p. 331-332).

Em suma, a concentração regional é explicada pelas economias de aglomeração e pela dinâmica desigual do custo unitário do trabalho e a da taxa de lucro, a partir de

um fator inicial de divergência. Este fator não precisa ser necessariamente a desigualdade física-natural, contudo. Pode ser um produto histórico de relações de poder: em nosso caso, o controle das terras aráveis nordestinas na Zona da Mata por latifundiários política e culturalmente influentes, que descendiam das famílias que controlavam o empreendimento colonial na região e que empurravam a agricultura mercantil de alimentos para o semiárido.¹¹

Enfatizar o caráter histórico da própria forma de apropriação da terra no Nordeste como raiz para a baixa produtividade agrícola e para o alto custo unitário do trabalho na região tem duas implicações políticas. Primeiro, contribui para desmontar a armadilha do ressentimento político trazido pela suspeita de que o desenvolvimento do Sudeste é a própria causa do entorpecimento do Nordeste:

À medida que se chegar a captar a essência desse problema, se irão eliminando certas suspeitas como essa de que o rápido desenvolvimento de uma região tem como contrapartida necessária o entorpecimento do desenvolvimento de outras. A decadência da região nordestina é um fenômeno secular, muito anterior ao processo de industrialização do sul do Brasil. A causa básica daquela decadência está na incapacidade do sistema para superar as formas de produção e utilização dos recursos estruturados na época colonial. A articulação com a região sul, através de cartelização da economia açucareira, prolongou a vida do velho sistema cuja decadência se iniciou no século XVII, pois contribuiu para preservar as velhas estruturas monoprodutoras. O sistema de monocultura é, por natureza, antagônico a todo processo de industrialização... Ora, a industrialização vem sempre acompanhada de rápida urbanização, que só pode se efetivar se o setor agrícola responde com uma oferta adequada de alimentos. Se a totalidade das boas terras agrícolas está concentrada em um sistema anciloso de monocultura, a maior procura de alimentos terá de ser atendida com importações. No caso do Nordeste, a maior procura urbana tende a ser satisfeita com alimentos importados da região sul, o que contribui para agravar a disparidade entre salário nominal e produtividade em prejuízo da região mais pobre... Tratando-se de regiões integradas num mesmo sistema monetário, o que determina a rentabilidade industrial é a relação entre a produtividade por operário e o salário monetário pago a este. Ora, como o salário monetá-

11 É digno de nota que as secas nordestinas tampouco eram produtos da natureza. Como mostrou Mike Davis (2001) em *Late Victorian Holocausts: El Niño Famines and the Making of the Third World*, a grande seca de 1876-1878 fez parte da primeira onda de efeitos ecológicos globais do capitalismo.

rio está condicionado pelos preços dos alimentos, a vantagem que tem o Nordeste de ‘mão de obra barata’ é tanto menor quanto menos adequada é a oferta de alimentos produzidos na própria região (FURTADO, [1959] 2009, p. 333-334, destaque no original).

A segunda vantagem é focar a resolução do problema em reformas na própria região nordestina. A alternativa tradicional era a pressão por transferências fiscais da União apropriadas pelos políticos e latifundiários que lucravam com a “solução hidráulica” para o problema da seca, ou seja, a construção de açudes em suas terras. Contra isso, Furtado não elabora a proposta reformista em *FEB*, mas sua ação política pouco antes e logo depois da publicação do livro explicita o projeto. Em agosto de 1958, Furtado concluiu o sabático em Cambridge para a redação de *FEB* e voltou ao Brasil exatamente para assumir um cargo na diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), com a condição de que pudesse se dedicar exclusivamente ao Nordeste (FURTADO, 1985, p. 37). No banco, dirige o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Em janeiro de 1959, mesmo mês da publicação de *FEB*, convence o presidente Juscelino Kubitschek a priorizar o desenvolvimento da região. Furtado será o mentor e o primeiro presidente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).¹²

Sua principal proposta, publicada em 1959 no documento do GTDN *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*, emana diretamente da narrativa histórica de *FEB*: realizar a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura de alimentos nordestina *pelo alto*, com apoio do governo federal contra a elite política nordestina. Isto é, do diagnóstico de *FEB* sobre a diferença regional de produtividade agrícola como raiz da polarização industrial decorria implicitamente que a política fundiária e agrícola federal era condição para industrializar o Nordeste, objetivo que o documento do GTDN explicitava. Sabe-se que o documento escrito por Furtado (sem explicitação de autoria) propunha também investimentos em infraestrutura e subsídios industriais, mas partia dos argumentos históricos e econômicos de *FEB* para buscar convencer a elite das demais regiões de que fazer a reforma agrária na própria Zona da Mata nordestina era melhor do que ser levado a reprimir a revolução.

12. Entre uma enorme bibliografia, ver especialmente a síntese de Pellegrino (2005) sobre a ação e a reflexão de Furtado sobre a problemática regional no Brasil.

Em suas memórias, Furtado pergunta o seguinte: “que fazer, se a alternativa era mobilizar os camponeses, como fazia Julião, e o que se obtinha por esse meio era colocar as forças mais poderosas do Centro-Sul a serviço do imobilismo social na região?” (FURTADO, 1989, p. 66).

Considerações finais: para que FEB?

Como vimos, o projeto político de FEB não podia ser o de orientar o planejamento técnico da indústria pesada, que já estava em curso quando o livro foi publicado. Furtado, aliás, esteve envolvido nesta tarefa pelo menos desde a participação no grupo misto Cepal/BNDE que, em 1954, criara o embrião do Plano de Metas. Para este objetivo, FEB contribuía ao legitimar como nenhuma outra obra histórica a industrialização como um meio potencial de superação do subdesenvolvimento secular do país. Era bom entender que o futuro tinha que ser arrancado das garras do passado.

É digno de nota que o otimismo de Furtado quanto à internalização do centro dinâmico e da produção de bens de produção, base material da autodeterminação nacional sugerida em FEB, era ainda mais explícito em *A pré-revolução brasileira*, publicado em 1962 depois da conclusão do plano de industrialização do governo Juscelino Kubitschek:

Ao se iniciarem os anos cinquenta, esse conflito entre o desejo nacional de intensificar a política de desenvolvimento e a limitação da capacidade para importar alcançara o seu ponto crítico... compreende-se a importância, para o futuro do país, do que foi realizado no último decênio... Já se vislumbra, claramente, a vitória na luta para independentizar a formação de capital das importações. A grande metalurgia está definitivamente assentada no país; a produção nacional de combustíveis líquidos progride com firmeza; a produção de equipamentos já constitui o núcleo mais importante e dinâmico da indústria nacional. *Ao iniciar-se o decênio dos sessenta, já se podia afirmar que o impulso de crescimento da economia nacional se firmava em nosso próprio mercado interno e que o seu centro de decisões tinha suas raízes na vida nacional, como também que estávamos capacitados para efetivar uma política de desenvolvimento. A autonomia que se vem alcançando nos três setores básicos referidos – metais*

industriais, combustíveis líquidos e equipamentos – reduz, dia a dia, a importância estratégica da capacidade para importar (FURTADO, 1962, p. 113-114, destaques meus).

Dado o otimismo inegável com a autonomia econômica nacional, agora era possível e necessário priorizar outras heranças histórico-estruturais, como a polarização econômica regional. Minimizados os problemas da substituição de importações, Furtado passa a priorizar reformas de base, como a reforma agrária, a fiscal e a administrativa e, em particular, o desequilíbrio regional, anos antes do Plano Trienal.¹³ A linha entre *FEB*, o GTDN e a Sudene é quase reta. A diferença é que *FEB* procurou não jogar água no moinho do argumento de que uma região explora outra, mostrando que a causa última do atraso nordestino era o latifúndio monocultor, de um lado, e a baixíssima produtividade da agricultura de subsistência, de outro, ou seja, a enorme heterogeneidade característica da região. O argumento do GTDN, por sua vez, juntava a este argumento o de que a política industrialista de Vargas a JK priorizava sim o Sudeste em detrimento do Nordeste.

Existia outro objetivo político implícito neste argumento, além do mais óbvio, ou seja, defender *pelo alto* a reforma agrária, a política de desenvolvimento da agricultura mercantil de alimentos, a infraestrutura e os subsídios para a indústria nordestina? A resposta é simples, e foi dada pelo próprio Furtado na autobiografia *A fantasia desfeita*. Furtado precisava formar aliados para uma luta que não podia ser ganha apenas no Nordeste:

compreendi que, sem amplo apoio da opinião pública no Centro-Sul, nada de importante poderia ser feito no Nordeste. A classe dirigente e a elite política da região nada fariam para modificar o quadro estrutural existente. Sem pressão de fora, as velhas estruturas continuariam a reproduzir-se, até que, um dia, explodisse a caldeira. Fosse o Nordeste um país, sua evolução histórica seria similar à das repúblicas centro-americanas, onde a via para a mudança tem sido frequentemente a violência. Somente porque não era um país cabia pensar em uma ‘revolução dirigida’, graças a apoios obtidos em outras regiões. Dobrei, então, o esforço de pregação nas grandes capitais do Centro-Sul (FURTADO, 1989, p. 66, destaques no original).

13 Como se sabe, as reformas de base seriam vetadas pelo Congresso Nacional quando Furtado se torna ministro do Planejamento em 1963 (BASTOS, 2011b).

O autor poderia ser mais claro? Em *FEB*, Furtado analisa canonicamente e denuncia o fardo de nossa herança histórica (a formação colonial, o subdesenvolvimento e a integração nacional problemática), e o faz como um intelectual público comprometido com o presente, rigoroso e acessível ao mesmo tempo. No momento em que o fardo de nossa herança histórica mais uma vez atrasa o futuro, não devemos, de formas diversas, seguir melhor seu exemplo?

Referências

- ALENCASTRO, L. F. Introdução. In: FURTADO, C. [1959] *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1959].
- ARRUDA, J. J. A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.
- ARRUDA, J. J. A. Decadência ou crise do Império Luso-Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII. *Revista USP*, n. 46, p. 66-79, jun.-ago. 2000.
- AZEVEDO, J. L. *Épocas de Portugal econômico*. Lisboa: Clássica, 1929. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6840>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- BASTOS, P. P. Z. O presidente desiludido: a campanha liberal e o pêndulo de política econômica no governo Dutra (1942-1948). *História Econômica e História das Empresas*, v. 7, n. 1, p. 99-135, 2004.
- BASTOS, P. P. Z. Centro e periferia no padrão ouro-libra: Celso Furtado subestimou a dinâmica da dependência financeira? *Revista EconomiA*, v. 8, n. 4, p. 169-197, 2007.
- BASTOS, P. P. Z. Ortodoxia e heterodoxia antes e durante a Era Vargas: contribuições para uma economia política da gestão macroeconômica dos anos 1930. *Revista EconomiA*, v. 9, n. 4, p. 183-214, 2008.
- BASTOS, P. P. Z. Qual era o projeto econômico varguista?. *Estudos Econômicos*, v. 41, n. 2, p. 345-382, 2011a.
- BASTOS, P. P. Z. O Plano Trienal e sua economia política. In: D'AGUIAR, R. F. (org.) *O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2011b.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1988.
- BIELSCHOWSKY, R. Celso Furtado's Contributions to Structuralism and their Relevance Today. *Cepal Review*, n. 88, p. 7-14, 2006.
- BIELSCHOWSKY, R. Furtado's "Economic Growth of Brazil": The Masterpiece of Brazilian Structuralism. *International Journal of Political Economy*, v. 43, n. 4, p. 44-62, 2014.

- BOCAGE, D. *General Economic Theory of François Perroux*. New York; London: University Press of America, 1985.
- BOIANOVSKY, M. Furtado, North and the New Economic History. *Revista EconomiA*, v. 10, n. 4, p. 849-866, 2009.
- BOIANOVSKY, M. A View from the Tropics: Celso Furtado and the Theory of Economic Development in the 1950s. *History of Political Economy*, v. 42, n. 2, p. 221-266, 2010.
- BOIANOVSKY, M. Between Lévi-Strauss and Braudel: Furtado and the Historical-Structural Method in Latin American Political Economy. *Journal of Economic Methodology*, v. 22, n. 4, p. 413-438, 2015.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Método e paixão em Celso Furtado. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; Rego, J. M. *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- BURKS, A. W. Peirce's Theory of Abduction. *Philosophy of Science*, v. 13, n. 4, p. 301-306, 1946.
- CANDIDO, A. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: *Literatura e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz, Publifolha, 2009 [1959].
- CANDIDO, A. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, S. B. [1936] *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016 [1967].
- CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo, Hucitec, 1990 [1975].
- CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. Campinas: IE-Unicamp, 1998.
- CARDOSO DE MELLO, J. M. *O capitalismo tardio*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1998 [1975].
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: LTC, 1970.
- CHAUÍ, M. *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. v. I. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CHIBENI, S. S. A inferência abdutiva e o realismo científico. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência* (Unicamp), v. 6, n.1, p. 45-73, 1996.
- CHILCOTE, Ronald H. *Theories of Development and Underdevelopment*. Boulder: Westview Press, 1984.
- CORSI, F. L. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.
- COUTINHO, M. A teoria econômica de Celso Furtado: *Formação Econômica do Brasil*. In: LIMA, M.C.; DAVID, M. D. (orgs.) *A atualidade do pensamento de Celso Furtado*. Goiânia: Verbena, 2008.
- DAVIS, M. *Late Victorian Holocausts: El Niño Famines and the Making of the Third World*. London: Verso, 2001.
- DOSMAN, E. *Raúl Prebisch: A construção da América Latina e do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

- FONSECA, P. C. D. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. *Revista de Economia Política (São Paulo)*, v. 23, n. 1 (89), p. 133-148, 2003.
- FONSECA, P. C. D. A política e seu lugar no estruturalismo: Celso Furtado e o impacto da Grande Depressão no Brasil. *Revista EconomiA*, v. 10, n. 4, p. 867-885, 2009.
- FONTANA, J. *Historia: análisis del pasado y proyecto social*. Barcelona: Critica, 1982.
- FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FURTADO, C. *A economia brasileira*. Rio de Janeiro: A noite, 1954.
- FURTADO, C. *A Pré-Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Editora Nacional, 1967.
- FURTADO, C. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FURTADO, C. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FURTADO, C. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII: Elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais*. São Paulo: ABPHE, Hucitec, 2001 [1948].
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 [1948].
- FURTADO, C. Retorno à visão global de Perroux e Prebisch (Tradução de *Retour à la vision globale de Perroux et Prebisch*. Paris: Institut de Science Economique Appliquée, 1994). *Cadernos do Desenvolvimento*, v. 7, n. 10, p. 296-304, 2012 [1994].
- GURRIERI, A. A economia política de Raúl Prebisch. In: PREBISCH, Raúl. (org.) *O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2011, p. 15-94.
- HAMILTON, A. *Report on Manufactures*. In: National Archives: Founders Archive, 1791. Disponível em: <https://founders.archives.gov/documents/Hamilton/01-10-02-0001-0007>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- HIGGINS, B.; SAVOIE, D. J. (ed.). *Regional Economic Development: Essays in Honour of François Perroux*. London: Routledge, 2017 [1988].
- HODGSON, Geoffrey M. *How Economics Forgot History: The Problem of Historical Specificity in Social Science*. London: Routledge, 2001.
- LAWSON, T. Methodology. In: HODGSON, G. M.; SAMUELS, W. J.; TOOL, M. R. (ed.) *The Elgar Companion to Institutional and Evolutionary Economics*. Aldershot: Edward Elgar, 1994.
- LEWIS, A. Economic Development with Unlimited Supplies of Labour. *The Manchester School*, v. 22, n. 2, p. 139-191, 1954.
- LIST, Georg F. *Sistema nacional de economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1989 [1841].
- LOVE, J. L. *Crafting the Third World: Theorizing Underdevelopment in Rumania and Brazil*. Palo Alto: Stanford University Press, 1996.

- LOVE, J. L. The Rise and Decline of Economic Structuralism in Latin America: New Dimensions. *Latin American Research Review*, v. 40, n. 3, p. 100-125, 2005.
- MALLORQUÍN, C. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. São Paulo; Rio de Janeiro: Xamã; Contraponto, 2005.
- MALLORQUÍN, C. Celso Furtado and Development: an Outline. *Development in Practice*, v. 17, n. 6, p. 807-819, 2007.
- MALLORQUIN, C. Una síntesis de múltiples determinaciones: Formación Económica del Brasil. *Revista EconomiA*, v. 10, n. 4, p. 905-933, 2009.
- MANNHEIM, K. *Man and Society in an Age of Reconstruction*. *Studies in Modern Social Structure*. London: Routledge, 2013 [1940].
- MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991 [1984].
- MARTINS, R. B. Crescendo em silêncio: a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins, ABPHE, 2018 [1980].
- MIROWSKI, P. *More Heat than Light: Economics as Social Physics, Physics as Nature's Economics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- MIROWSKI, P. (Ed.). *Natural Images in Economic Thought: Markets Read in Tooth and Claw*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- MORAES, R. C. *Celso Furtado: o subdesenvolvimento e as ideias da Cepal* (v. 120). São Paulo: Ática, 1995.
- MYRDAL, G. *Economic Theory and Underdeveloped Regions*. London: Gerald Duckworth & Co., 1957.
- NOVAIS, F.; ARRUDA, M. A. N. Revisitando os intérpretes do Brasil. [1998]. In: NOVAIS, F. *Aproximações: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- OLIVEIRA, F. Viagem ao olho do furacão: Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro. [1997]. In: *A navegação venturosa. Ensaio sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PEIRCE, C. S. *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Org. Charles Hartshorne, Paul Weiss, Arthur W. Burks, John Deely. Electronic edition. Thoemmes Continuum, 1994.
- PELLEGRINO, A. *Nas sombras do subdesenvolvimento: Celso Furtado e a problemática regional no Brasil*. Campinas, SP: Alínea, 2005.
- PERROUX, F. Esquisse d'une théorie de l'économie dominante. *Économie Appliquée*, v. 2, n. 2, p. 243-300, 1948.
- PERROUX, F. Les macrodécisions. *Économie Appliquée*, v. 3, n. 2, p. 235-251, 1949.
- PERROUX, F. The Domination Effect and Modern Economic Theory. *Social Research*, p. 188-206, 1950a.
- PERROUX, F. Economic Space: Theory and Applications. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 64, n. 1, p. 89-104, 1950b.
- PERROUX, F. Note sur la notion de 'pôle de croissance'. *Économie Appliquée*, v. 9, n. 1, p. 307-320, 1955a.
- PERROUX, F. Prise de vues sur la croissance de l'économie française, 1780-1950. *Review of Income and Wealth*, v. 5, n. 1, p. 41-78, 1955b.

- PREBISCH, R. Crescimento, desequilíbrio e disparidades: Interpretação do processo de desenvolvimento econômico. [1950]. In: PREBISCH, R., *O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2011.
- PREBISCH, R. Problemas teóricos e práticos do desenvolvimento econômico. [1951]. In: PREBISCH, R. *O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2011.
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*, v. 3, n. 3, p. 47-111, 1949.
- PREBISCH, R. *O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2011.
- REALE, G.; ANTISERI, D. *História da filosofia: filosofia pagã antiga*. Vol. 1. São Paulo: Paulus, 2007 [1997].
- ROBILLOTTI, P. C. *O desenvolvimento capitalista na obra de Maria da Conceição Tavares*. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Universidade de Campinas, Campinas, SP, 2016.
- RODRIGUEZ, O. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- RUSSELL, B. *History of Western Philosophy*. London: Routledge, 2005 [1946].
- SAES, A.; BARBOSA, A. (org.) *Celso Furtado e os 60 anos de Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Publicações BBM, Edições SESC, 2020. (no prelo).
- SALLES, R.; BORGES, M. A morte do barão de Guaribu. Ou o fio da meada. *Heera* (UFJF. Online), v. 7, n. 13, p. 57-94, jul.-dez. 2012.
- SANDRETTO, R. François Perroux, a Precursor of the Current Analyses of Power. *The Journal of World Economic Review*, v. 5, n. 1, p. 57-68, 2009.
- SCREPANTI, E.; ZAMAGNI, S. *An Outline of the History of Economic Thought*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- SILVA, R.P. *O jovem Celso Furtado: história, política e economia (1941-1948)*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2010.
- SIMONSEN, R. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. Brasília: Senado Federal, 2005 [1937].
- SLENES, R. W. Os múltiplos de porcos e diamantes. *Estudos econômicos*, v. 18, n. 3, p. 449-495, 1988.
- SZMRECSÁNYI, T. Sobre a formação da *Formação econômica do Brasil* de C. Furtado. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 207-214, 1999.
- TRIBE, Keith. *Strategies of Economic Order: German Economic Discourse 1750-1950*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- YONAY, Y. P. *The Struggle over the Soul of Economics: Institutional and Neoclassical Economists in America between the Wars*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

